



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1006060-30.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **VAGNER CARDILE**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

Fundamento e decido.

Trata-se de Ação de Conhecimento proposta por Vagner Cardile contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, sob o fundamento de que é policial militar e recebe o Adicional de Local de Exercício (ALE), que é um verdadeiro aumento salarial revestido de adicional, razão pela qual pleiteia a sua incorporação ao salário base (padrão) e os reflexos nas demais vantagens recebidas, tais como adicional por tempo de serviço e Regime Especial por Tempo Policial (RETP), em período anterior à absorção determinada pela LC nº 1.197/2013.

Em consulta ao site do Tribunal de Justiça¹, observa-se que não houve determinação de suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivo, em razão da admissão do IRDR nº 2151535-83.2016.8.26.0000.

A questão em tela já foi amplamente discutida no E. Tribunal de Justiça de São Paulo, o qual pacificou o assunto no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas IRDR n. 2151535-83.2016.8.26.0000, que foi assim ementado:

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR - ALE Pretensão de incorporação de 100% sobre o salário base LC nº 1.197/2013. Tese firmada - Gratificação que se incorpora aos vencimentos, cujo conceito abrange o próprio salário-base e as demais vantagens pessoais percebidas - 50% do valor do Adicional Local de Exercício incorporado ao salário base, e os outros 50% absorvidos pelo Regime Especial de Trabalho Policial. Aplicação ao caso concreto: Sentença de improcedência mantida Recurso desprovido"(TJSP; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 2151535-83.2016.8.26.0000; Relator (a): Moreira de Carvalho; Órgão Julgador: Turma Especial - Publico; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 5ª Vara

¹

<https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/search.do?jsessionid=EA57A3C0C6F9F898CB092D8482ABB1F1.cposg7?conversationId=&paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=2151535-83.2016&foroNumeroUnificado=0000&dePesquisaNuUnificado=2151535-83.2016.8.26.0000&dePesquisa=&uuidCaptcha=?#cdDocumento=80>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 30/06/2017; Data de Registro: 04/07/2017).

O pedido, portanto, é improcedente.

Sustenta o autor que o valor correspondente ao *ALE* deveria ser absorvido integralmente no *salário*-base, pois se trata, em verdade, de vantagem de caráter genérico, paga a todos os servidores indistintamente, caracterizando verdadeiro aumento salarial.

Contudo, não é essa a interpretação a ser dada à matéria.

O valor do *ALE* foi incorporado integralmente pelos vencimentos dos autores. O *padrão* e o RETP tiveram seus valores elevados totalizando o valor da gratificação. A lei que determinou a absorção não mandou que ela se desse apenas no *padrão*. Não há, assim, obrigação legal para que a Administração assim proceda. Dessa forma, não pode o Poder Judiciário, que atua apenas como legislador negativo, determinar a majoração do *salário*-base, ato em desconformidade com art. 2º da Constituição Federal, concernente à divisão constitucional dos Poderes. Além disso, há de ser considerado que o *padrão* e o RETP são considerados na base de cálculo do adicional por tempo de serviço e da sexta parte dos militares, ou seja, o valor total da gratificação está servindo de base de cálculo para outros benefícios, o que vem a demonstrar que os autores não sofreram qualquer prejuízo.

O legislador apenas extinguiu tal gratificação e determinou a *incorporação* nominal de seu valor nos vencimentos. Isso ocorreu, sem qualquer redução nominal da remuneração.

O objetivo do *ALE* é incentivar a lotação de servidores em locais em que o exercício profissional encontra mais dificuldades, estabelecendo compensação monetária para o servidor que passar a desempenhar suas funções nas localidades arroladas.

Não obstante se reconheça o caráter genérico e abrangente do benefício, não decorre de ele ser incorporado aos vencimentos-base ou vencimentos-padrão para todos os fins, pois se trata de parcela cujo pagamento decorre de causa distinta daquela de que advém o vencimento: este corresponde ao padrão do cargo público fixado em lei, que é pago ao servidor em razão do exercício de cargo ocupado; já o *ALE* representa verba paga aos policiais militares, em valores que variam de acordo com a complexidade das atividades exercidas e as dificuldades de fixação profissional, considerada, ainda, a densidade demográfica do Município onde está lotado o militar (Apelação Cível nº 0031381-47.2012.8.26.0053, Relator Desembargador Aroldo Viotti, j. 29/07/2014).

Assim, não pode o julgador alargar o comando normativo diante da regra constitucional de Separação de Poderes. Nessa perspectiva, a pretensão implica violação ao princípio da separação de poderes, e afronta à Súmula nº 339 do STF, por redundar em concessão ilegal de aumento de vencimentos e “efeito cascata”, ainda mais que a absorção do *ALE* exclusivamente no *salário*-base redundaria na duplicação desse valor, na medida a RETP corresponde à integralidade do *salário*-base.

O pleito do autor esbarra, ainda, na vedação posta no art. 37, XIV, da Constituição Federal e no art. 115 da Constituição Estadual, bem como na na Súmula Vinculante 37, cuja redação dispõe que *não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos dos servidores públicos sob fundamento de isonomia*.

Vale lembrar que o legislador pode, por liberalidade, autorizar a *incorporação* da gratificação aos inativos, mas sempre seguindo parâmetros estabelecidos na própria lei. Portanto, essa autorização não caracteriza aumento geral e irrestrito a autorizar a *incorporação* da gratificação ao *salário*-base ou *padrão*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ademais, deve-se anotar que a *incorporação* em questão já é determinada pela Lei Complementar nº 1197, de 12 de abril de 2013, mas com efeitos somente a partir de 1º de março de 2013.

Ante o exposto, julgo processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Oportunamente, com o trânsito em julgado, ao arquivo, com as devidas anotações.

P.I.

São Carlos, 16 de agosto de 2017.